

Controladoria-Geral da União**CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO****DECISÃO Nº 4, DE 4 DE JANEIRO DE 2022**

Processo nº 00190.105457/2020-71

No exercício da competência que me foi delegada pelo inciso III do art. 30 da IN CGU 13/2019, com a redação que lhe foi dada pela IN CGU 2/2021, c/c com o art. 8º a 12 da Lei nº 12.846/2013, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização em seu Relatório Final e adoto, como fundamento deste ato, a Nota Técnica 3157 (SEI 2211569), tal como aprovada pelos Despachos COREP SEI 2212285 e DIREP SEI 2229119 da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União, para determinar o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.105457/2020-71, instaurado em face das pessoas jurídicas Mosaico Fertilizantes P&K Ltda., CNPJ 33.931.486/0014-55, Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda., CNPJ 07.481.398/0001-74, e Amazon Books & Arts Eireli, CNPJ 04.361.294/0001-38.

À Diretoria de Responsabilização de Entes Privados para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão.

GILBERTO WALLER JUNIOR
Corregedor-Geral da União

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ**RESOLUÇÃO CRCCE Nº 753, DE 7 DE JUNHO DE 2021**

Aprova a política de privacidade de dados e a política de cookies do conselho regional de contabilidade do Ceará - CRCCE.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ - CRCCE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que disciplina a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

CONSIDERANDO que as normas gerais contidas na LGPD são de interesse nacional e devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive autarquias;

CONSIDERANDO o compromisso do CRCCE com a segurança das informações e a responsabilidade em adotar o conjunto de regras e boas práticas de governança para promover a cultura da privacidade e da proteção de dados pessoais dos titulares da informação; resolve ad referendum do Plenário:

Art. 1º Aprovar a POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS E A POLÍTICA DE COOKIES do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ - CRCCE, nos termos do anexo, que passa a compor esta Resolução.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA

ANEXO

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CRCCE - LGPD

O Conselho Regional de Contabilidade do Ceará - CRCCE - foi criado pelo Decreto-Lei nº 9295/46, com a finalidade de fiscalizar o exercício profissional da contabilidade. Desta forma, o CRCCE deve ser entendido como uma instituição da sociedade que, por delegação de poder público, zela pela garantia de que a atividade profissional contábil, no âmbito de sua jurisdição, seja exercida por profissionais legalmente habilitados e conscientes da importância do seu papel social.

A presente Política se aplica ao Presidente, aos Conselheiros, aos Delegados, aos Empregados e às eventuais pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação com o CRCCE. Nesta página, são divulgadas informações sobre o tratamento de dados pessoais realizado pelo CRCCE, compreendendo a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução desse tratamento, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 23 da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

A Lei Federal nº 13.709/2018 estabeleceu o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Aqui constam informações sobre forma de solicitação de acesso a dados pessoais por pessoas físicas registradas ou não no CRCCE.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS E POLÍTICA DE COOKIES**1. QUAIS DADOS UTILIZAMOS?**

1.1. O CRCCE coleta informações pessoais dos profissionais registrados e dos seus empregados, bem como de profissionais ou de terceiros que estejam submetidos a qualquer tipo de processo administrativo no âmbito do Conselho, sejam processos de infração, ético-disciplinares, contratação de obras, bens, serviços e pessoal. O Conselho não coleta ou utiliza dados pessoais obtidos diretamente das redes sociais, internet ou fontes externas.

1.2. O Conselho coleta informações pessoais dos profissionais por ocasião do seu requerimento de registro, bem como dos empregados no momento da contratação, tais como nome completo, e-mail, gênero, data de nascimento, endereço residencial, endereço comercial, telefones de contato, números do CPF e do RG, número do certificado de alistamento militar, título eleitoral, entre outros dados previstos na legislação aplicável.

1.3. Além disso, coleta dados de terceiros mediante processos de autos de infração por descumprimento da legislação aplicável e contratações desta Administração Pública.

1.4. O Conselho somente fará uso dessas informações pessoais para promover suas finalidades institucionais e competências legais, observando os princípios do artigo 6º da Lei 13.709/2018, podendo compartilhá-las com terceiros com os quais mantenha relações jurídicas, na forma da LGPD notadamente no seu capítulo IV, ou mediante autorização dos respectivos titulares quando a Lei não o fizer.

1.5. O Conselho poderá utilizar dados pessoais dos profissionais registrados para promover pesquisas de satisfação e outras de interesse profissional, cuja finalidade é promover o melhor atendimento aos usuários.

2. O QUE O CRCCE FAZ COM OS SEUS DADOS?

2.1. Informações pessoais são coletadas quando você se comunica com o CRCCE por e-mail, ligação telefônica ou através de registros de protocolos. Os dados coletados são necessários para possibilitar o acesso aos sistemas e serviços disponibilizados pelo atendimento pessoal, pelo site ou demais aplicativos.

2.2. As informações pessoais coletadas são usadas para manter seu registro atualizado, processar seus pedidos, fornecer serviços on-line, monitorar o seu uso do aplicativo, manter a qualidade do serviço, informá-lo de oportunidades que possam interessá-lo e entender suas necessidades para que possamos atendê-lo com a melhor qualidade de serviço. Também podemos utilizar as informações pessoais para efeitos internos, tais como auditorias, análise de dados, entre outros, bem como para efeitos externos, nas hipóteses e termos definidos pelo art. 26, §1º da LGPD.

2.3. As informações pessoais requeridas pelo CRCCE são previstas em leis e/ou regulamentações específicas e necessárias para a verificação da autenticidade do usuário.

2.4. Será coletado o Endereço IP (Internet Protocol) da conexão, a data e hora de acesso e sua identificação, toda a vez que você utilizar os serviços on-line.

2.5. São armazenados cookies em seu dispositivo e os dados coletados a partir de cookies são usados para tornar sua navegação mais personalizada, manter as preferências e configurações de contas a fim de autenticá-lo e aprender sobre seus interesses, para que o CRCCE possa melhorar o seu site, os serviços, os sistemas e demais aplicações.

2.6. Não são coletadas informações de crianças e adolescentes.

3. COMO UTILIZAMOS OS COOKIES?

3.1. Cookies são arquivos ou informações que podem ser armazenadas em seus dispositivos quando você visita os websites ou utiliza os serviços on-line do CRCCE. Geralmente, um cookie contém o nome do site que o originou, seu tempo de vida e um valor, que é gerado aleatoriamente.

3.2. O CRCCE utiliza cookies para facilitar o uso e melhor adaptar suas páginas aos interesses e necessidades dos Titulares, bem como para compilarmos informações sobre a utilização de nossos sites e serviços, auxiliando a melhorar suas estruturas e seus conteúdos. Os cookies também podem ser utilizados para acelerar suas atividades e experiências futuras em nosso portal.

3.3. Após o Titular consentir para a utilização de cookies, quando do uso das páginas do CRCCE, armazenaremos um cookie em seu dispositivo para lembrá-lo disso na próxima sessão.

3.4. A qualquer momento, o Titular poderá revogar seu consentimento quanto aos cookies, pelo que deverá apagar os cookies das páginas do CRCCE utilizando as configurações de seu navegador de preferência. Para mais informações sobre como proceder em relação à gestão dos cookies nos navegadores: Internet Explorer | Mozilla Firefox | Google Chrome | Safari

Por fim, lembramos que, caso o Titular não aceite alguns cookies das páginas do CRCCE, certos serviços poderão não funcionar de maneira ideal.

4. SOBRE O CONSENTIMENTO:

4.1. Será pedido o consentimento caso o CRCCE precise de suas informações pessoais por razão secundária. Neste caso, se após nos fornecer seus dados, você mudar de ideia, poderá retirar o consentimento entrando em contato com o CRCCE através do e-mail dpo@crc-ce.org.br.

5. COM QUEM PODEREMOS COMPARTILHAR DADOS:

5.1. O CRCCE poderá fazer do uso sobre tratamento e compartilhamento de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV Lei nº 13.709/2018.

5.2. Também poderemos compartilhar dados pessoais mediante ordem judicial ou pelo requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para sua requisição.

6. SOBRE SEUS DIREITOS:

Em cumprimento à regulamentação aplicável, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, o CRCCE respeita e garante ao Titular, a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos seguintes direitos:

i) a confirmação da existência de tratamento; ii) o acesso aos dados; iii) a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; iv) a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade; v) a portabilidade de seus dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa pelo Titular; vi) a eliminação dos dados tratados com consentimento do Titular; vii) a obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais o CRCCE compartilhou seus dados; viii) a informação sobre a possibilidade de não fornecer ou revogar o seu consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências em caso de negativa, desde que o consentimento não seja suprido por determinação legal;

Estes direitos poderão ser exercidos por intermédio do envio de requisição para nossa Comissão de Implantação da LGPD através do endereço de e-mail: [comissao@lgpd@crc-ce.org.br], para posterior avaliação e adoção de demais providências pelo CRCCE.

O Titular fica ciente de que a exclusão das informações essenciais para gestão de sua conta junto ao CRCCE implicará no término de seu cadastro, com consequente cancelamento dos serviços então prestados.

O CRCCE empreenderá todos os esforços para atender tais pedidos no menor espaço de tempo possível, no entanto, fatores justificáveis, tais como a complexidade da ação requisitada, poderão atrasar ou impedir seu rápido atendimento.

Por fim, o Titular deve estar ciente que sua requisição poderá ser legalmente rejeitada, seja por motivos formais (a exemplo de sua incapacidade de comprovar sua identidade) ou legais (a exemplo do pedido de exclusão de dados cuja manutenção é livre exercício de direito pelo CRCCE).

7. SOBRE A DIVULGAÇÃO:

7.1. Informações coletadas poderão ser disponibilizadas no formato de dados abertos no site, em respeito à Lei de Acesso a Informação Pública - Lei nº 12.527/2011, garantindo-se o sigilo das informações pessoais que permitem identificar individualmente os usuários.

8. SOBRE OS SERVIÇOS DE TERCEIROS:

8.1. No site do CRCCE, há links para outros sites externos cujos conteúdos e políticas de privacidade não são de responsabilidade desta autarquia.

8.2. O CRCCE não se responsabiliza por qualquer informação coletada, usada ou divulgada pelo fabricante do dispositivo ou do prestador de serviços de telefonia móvel do usuário.

9. SOBRE O ARMAZENAMENTO DOS DADOS

9.1. As informações coletadas e armazenadas pelo Conselho poderão ser excluídas dos seus servidores ou arquivos quando deixarem de ser necessárias para os fins legais ou quando o usuário solicitar a eliminação de seus dados pessoais, respeitada a legislação vigente sobre o arquivamento de informações públicas (Lei nº 8.159/1991).

9.2. Os dados biométricos dos funcionários são coletados pelo CRCCE, atendem o artigo 7º, incisos II, III, VI, VII, e artigo 23 da Lei Geral de Proteção de Dados sendo armazenados pelo setor de Recursos Humanos, e possuem a finalidade de monitorar a assiduidade dos funcionários, bem como preservar a incolumidade física de todos (artigo 11, inciso II, alínea "a" da Lei 13.709 de 2018,) razão pela qual, não se exige o consentimento. Em regra, não são compartilhados, salvo artigo às exceções dos artigos 25 e 26 da normativa, ou solicitados por órgãos de controle externo.

9.3. Os dados não serão eliminados pela previsão do artigo 16 I da LGPD, bem como pela previsão do artigo 7º, parágrafo 3º da Lei 8159 de 1991, que regulamenta os arquivos públicos.

9.4. As informações são conservadas para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, transferência a terceiro - desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados - e uso exclusivo do Conselho, vedado seu acesso não autorizado por terceiros.

10. SOBRE A ELIMINAÇÃO DOS DADOS:

10.1. O CRCCE segue requisitos legais que obrigam a conservação dos dados pessoais por um período de tempo mínimo. Nos casos que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para a execução das finalidades que motivaram a sua coleta ou o seu posterior tratamento, nos termos definidos na lei e posteriormente eliminados.

11. SOBRE A SEGURANÇA:

11.1. O Conselho utiliza os meios tecnológicos compatíveis e legalmente requeridos para preservar a privacidade dos dados coletados e armazenados em seus servidores. Desta forma, adota as seguintes precauções:

(a) O Conselho utiliza os métodos padrão para criptografar e anonimizar os dados coletados, quando necessário; (b) O Conselho possui proteção contra acesso não autorizado a seus sistemas; (c) O Conselho somente permite o acesso de pessoas previamente autorizadas ao local onde são armazenadas as informações coletadas; (d)

